

NAL DE PESSOAS JURIDICAS - CNPJ 08.096.612/0001 G E S T Å O 2 0 2 1 - 2 0 2 4



MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2024 PROC. ADMINIT. PMSF/ RN nº 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N° ___/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO E, DO OUTRO,

O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, CNPJ (MF) 08.096.612/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal – senhor GENILSON MEDEIROS MAIA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 735.760 – SSP/RN e do CPF n.º 455.474.244-04, residente e domiciliado à Avenida Capitão José Inácio, n.º 576, Bairro Vital Galdino, São Fernando/RN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado,, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o n.º, com endereço à, n.º, Bairro, UF, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes do Processo/PMSF/RN n.º, referente à Inexigibilidade de Licitação, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, de conformidade com dispositivos instituídos pela Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, mais precisamente no art. 74, l, e em observância ao Decreto Municipal n.º 127, de 10 de março de 2022, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:
. CLÁUSULA 1.ª DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES
1.1. Em consideração as exigências da Resolução TCE/RN n.º 32/2016, c/c o Decreto Municipal n.º 012/2021, e a Portaria nº 290-GPMSF/2024, este Contrato terá como gestor e responsável pelo atesto de liquidação o senhor, responsável pelo atesto de liquidação. Responsável pelo certifico o senhor, Secretária Municipal de Planejamento e Administração Pública. Prazo para atesto de liquidação de 05 (cinco) dias, tendo em vista tratar-se de despesa de pequeno valor. Local para a entrega das notas fiscais ou faturas é na sede da Secretaria contratante.

2. CLÁUSULA 2.ª DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. O regime de execução ocorrerá diretamente, mediante a prestação do serviço.
- 2.2. A bem do zelo ao erário a CONTRATADA terá que apresentar desempenho satisfatório, entendendo-se como tal a obtenção do fim expresso na Cláusula 3.ª.



GESTÃO 2021 - 2024

SÃO FERNANDO

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2024

PROC. ADMINIT. PMSF/ RN n° 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N° ____/2024

- 2.3. O desempenho insatisfatório por parte da CONTRATADA implicará na devolução da parte recebida, acrescida de multa de 10% (dez por cento) do valor contratual.
- 2.4. Caso não tenha sido efetuado desembolso à CONTRATADA e reste comprovado o seu desempenho insatisfatório com a inspiração do prazo da vigência contratual, o contrato será rescindido e aplicadas as penalidades de que trata a Cláusula 13.ª deste instrumento contratual. Este dispositivo não será levado a efeito caso a inoperância restar provada que não foi motivada por causa da CONTRATADA.
- 2.5. A apuração do critério de desempenho será realizada mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa a CONTRATADA.

3. CLÁUSULA 3.ª DO OBJETO

3.1. Contratação, por Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 74, I da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, do Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte, para que se faça as publicações dos avisos das modalidades licitatórias da Nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021), bem como os avisos que vierem a ser regidos ainda pela Lei n.º 8.666/1993, os quais possuam como dotações orçamentárias recursos provenientes de convênios com o Governo Estadual do Rio Grande do Norte e o Governo Federal.

4. CLÁUSULA 4.ª DO PREÇO

5. CLÁUSULA 5.ª DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme a prestação do serviço, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, correspondente à efetiva prestação dos serviços, atestados e aceitos pela autoridade competente, e de conformidade com as condições estabelecidas na proposta da CONTRATADA.

6. CLÁUSULA 6.ª DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, são reajustáveis.

7. CLÁUSULA 7.ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ONAL DE PESSOAS JURIDICAS - CNPJ 08.096.612/000



MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2024
PROC. ADMINIT. PMSF/ RN nº 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N° ___/2024

7.1. As despesas decorrentes da presente Inexigibilidade de Licitação correrão por conta do Orçamento Geral do Município de São Fernando/RN - Prefeitura Municipal aprovado para o exercício de 2024, notadamente no seguinte desdobramento:

XXXXX

8. CLÁUSULA 8.ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Parágrafo único Constituem obrigações do CONTRATANTE:
 - 8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula quinta deste Contrato, observado o seguinte:
 - 8.1.2. a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
 - 8.1.3. caberá ao representante do CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados;
 - 8.1.4. as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas pela Secretário Municipal de Finanças em tempo hábil, para adoção de medidas convenientes.
- 8.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços, objeto deste Contrato, dentro das condições pactuadas.

9. CLÁUSULA 9.ª DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Na execução deste Contrato, envidará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:
 - 9.1.1. Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;
 - 9.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos causados a terceiros, principalmente aos profissionais da Prefeitura Municipal de São Fernando;
 - 9.1.3. Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando o CONTRATANTE do resultado das inspeções;
 - 9.1.4. Manter durante toda a vigência do contrato as condições habilitatórias e técnico-profissionais apresentadas no momento da formalização da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - CNPJ 08.096.612/0001-31

G E S T Å O 2 O 2 1 - 2 O 2 4



MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2024 PROC. ADMINIT. PMSF/ RN nº 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N° ___/2024

10. CLÁUSULA 10.ª DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá de acordo com o art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021. Na hipótese de ocorrer sua rescisão administrativa, à CONTRATADA são assegurados os direitos previstos no art. 138, incisos I a III, parágrafo 2º.
- 10.2. A CONTRATADA terá direito a rescisão contratual nas hipóteses do art. 137, § 2.º, incisos I, II, III, IV e V da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021.

11. CLÁUSULA 11.ª DA GARANTIA

- 11.1. Como garantia da execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar perante a CONTRATANTE valor correspondente a 5% (cinco por cento) do contrato global, e poderá ser sob qualquer das hipóteses previstas no § 1.º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 11.2. O valor da garantia foi definido de forma discricionária dentro do limite estabelecido no art. 98 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 11.3. A CONTRATADA declara-se favorável a retenção da garantia por parte da CONTRATANTE para ressarcimento de possíveis prejuízos e/ou pagamento de multas decorrentes da aplicação de sanções previstas no edital de convocação deste procedimento licitatório.
- 11.4. No caso de a garantia não ser suficiente para cobrir os prejuízos a CONTRATANTE ingressar em juízo cobrando a diferença.
- 11.5. A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pela CONTRATANTE, que o objeto do presente Contrato foi totalmente realizado a contento. Esta liberação não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e criminal, se for o caso, previstas na legislação pátria.
- 11.6. A liberação da garantia será procedida após a fiel execução do contrato, com o objeto devidamente recebido pelo CONTRATANTE, conforme previsão do art. 100 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12. CLÁUSULA 12.ª DA VINCULAÇÃO

12.1. O presente contrato é subordinado aos princípios consagrados no art. 5.º da Lei Federal n.º 14.133/2021, e a Proposta da CONTRATADA e demais peças que constituem o Processo/PMSF/RN n.º 2024.0x.0xxx.

13. CLÁUSULA 13.ª DAS PENALIDADES

13.1. O não cumprimento de qualquer dispositivo deste Contrato por parte da CONTRATADA sujeitar-lhe-á as penalidades previstas nos arts. 156, incisos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - CNPJ 08.096.612/0001-31





MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ___/2024 PROC. ADMINIT. PMSF/ RN n° 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N° ____/2024

I a IV, §§1.º ao 9.º e 157, 158 a 163 e seus incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14. CLÁUSULA 14.ª DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de três (03) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, conforme disposição no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15. CLÁUSULA 15.ª DA VIGÊNCIA

15.1. O presente Contrato vigorará até ______, a contar da data da assinatura e publicação do instrumento contratual na imprensa oficial, prorrogável conforme art. 107 da lei 14.133/2021.

16. CLÁUSULA 16.ª DA PUBLICAÇÃO

16.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato no sítio oficial do município e na imprensa oficial no prazo máximo de dez (10) dias úteis, a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o art. 94, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. CLÁUSULA 17.ª DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos não previstos neste instrumento contratual, aqui denominados "casos omissos" serão resolvidos entre as partes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei Federal n.º 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado, de conformidade com o art. 89 do mesmo diploma legal.

18. CLÁUSULA 18.ª DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum Estadual, com sede no Município de Caicó, da qual São Fernando/RN é parte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.



G E S T Ā O 2 0 2 1 - 2 0 2 4



/2024

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024

PROC. ADMINIT.	PMSF/ RN r	n° 2024.0x.0xxx – INEXIGIBILIDADE N	10
São Fernando/RN,	de	de 2024.	
		CÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN ENILSON MEDEIROS MAIA Contratante	
	XXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	